

Três meses da tragédia de Mariana: os riscos de não ter um plano de comunicação socioambiental

Por Carolina Modesto

Antes que grandes obras de engenharia e infraestrutura saiam do papel, deve-se preceder um profundo trabalho estratégico de comunicação que visa avaliar e minimizar impactos socioambientais. Tratam-se de avaliar riscos de segurança à população, maximizar benefícios socioeconômicos, bem como estabelecer redes de relacionamentos transparente com a comunidade e a sociedade civil.

O desastre ambiental de Mariana em Minas Gerais, que completa três meses, prova o quanto essa legitimação é prioritária e essencial na condução de um trabalho ético e sustentável entre empresa, meio ambiente e sociedade. Este acidente sem precedentes é um caso emblemático que nos faz refletir e questionar sobre as ações que vem sendo tomadas na condução deste caso no âmbito socioambiental.

Para aquelas pessoas que sofreram perdas diretas com essa tragédia, o qual é considerado o maior desastre ambiental do Brasil, esses sentimentos são exponencialmente mais fortes. Perdas humanas e danos ainda incalculáveis na biodiversidade do Rio Doce e arredores, bem como na base de subsistência de centenas de famílias, não foram o suficiente para que as empresas responsáveis - Samarco, Vale e BHP Billiton - agissem rapidamente de forma globalizada.

Ainda hoje sentimos falta de informações claras e um tratamento humanitário dirigido às pessoas e grupos impactados, que vão além de relatórios, mas que sejam pautados em relações de confiança, seriedade, transparência e respeito. Três meses depois ainda esperamos uma comunicação coordenada e oficial do governo e das empresas responsáveis, apresentando ações factíveis sobre o destino de milhares de pessoas que esperam reconstruir suas vidas.

É certo que houve falhas no plano de contingência da Samarco relativo a questões técnicas-ambientais e a falta de um planejamento de comunicação e gestão de crises eficazes para guiá-los em uma situação de calamidade como essa. Sem falar na falta de líderes. O fato é que nunca foi previsto ou esperado um acidente com tamanha proporção. Porém, aconteceu. E o que foi feito? O que ainda será feito? Quais são as causas do desastre? Quem irá pagar e responder por tamanhas perdas? Precisamos que tanto a Samarco quanto os órgãos ambientais que falharam na fiscalização sejam responsabilizados.

Não só a pressão nacional, mas também a internacional se intensificaram. A ONU criticou a demora de três semanas para a divulgação de informações sobre os riscos gerados pelos bilhões de litros de lama vazados nos municípios e no Rio Doce. Em dezembro, o Brasil recebeu a visita oficial de integrantes do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, os quais se reuniram com vítimas do rompimento da barragem para ouvir a avaliação dos afetados sobre o desastre.

Em resposta às críticas do organismo internacional, o governo brasileiro prontamente informou as medidas que foram tomadas, entre elas: atendimento emergencial às vítimas, abastecimento de água às cidades afetadas, monitoramento 24 horas do Rio Doce, multa à Samarco, recuperação do Rio Doce, força-tarefa para salvar animais ameaçados e Ação Civil Pública indenizatória de R\$ 20 bilhões.

Mas, o quanto sabemos sobre o andamento dessas ações após o retorno da equipe da ONU para os seus postos de trabalho? Quais são os canais de comunicação para que pessoas e organizações consultem a empresa e recebam retorno em tempo e nível de esclarecimento adequados? O que se sabe é que o relatório completo da visita ao Brasil será divulgado em junho, em Genebra, na Suíça.

É provável que surjam outros acontecimentos midiáticos que ocultem novamente o desastre de Mariana até lá. Esperamos que o ano de 2016 não comece somente em junho para a população que necessita de soluções imediatas em prol de uma vida digna. Uma coisa é clara: não há rota alternativa para postergar e não dar a devida importância para um diálogo aberto e ativo, que estabeleça relações de confiança entre as pessoas, os cuidados ambientais e o cumprimento das normas. É o mínimo que esperamos enquanto sociedade.

Carolina Modesto é associada da Communità.

Sobre a Communità Comunicação Socioambiental

A Communità Comunicação Socioambiental surgiu em 2005 e é especializada no planejamento e gestão de ações estratégicas de comunicação e relacionamento com comunidades e outros públicos de interesse. A empresa oferece o serviço de diagnóstico socioambiental que atua no levantamento de informações sobre comunidades, lideranças e suas interações a fim de viabilizar - ambientalmente e socialmente - a implantação de novos projetos e empreendimentos. Além disso, realiza um completo planejamento e gestão de ações de comunicação para informar o empreendimento aos diferentes públicos, fortalecendo a opinião pública, promovendo relações de confiança e incorporando valor à imagem e reputação dos seus clientes. A Communità atua ainda em processos de licenciamento ambiental e desapropriação, assessorando a população impactada minimizando conflitos, além de oferecer programas de relacionamento com comunidades por meio de projetos socioeducativos.

Entre os principais clientes estão empresas como EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, com o VLT da Baixada Santista, construtoras como Equipav, Estacon, Andrade Gutierrez, CR Almeida, Queiroz Galvão, em obras do Metrô, além de CNEN/IPEN, DERSA e Embrapa. Por meio de um trabalho ético e responsável, a Communità confere através de seus projetos um grande adicional de valor a seus clientes, os quais contam com o trabalho de uma equipe profissional altamente qualificada.

www.communita.com.br / [Facebook](#) / [Linkedin](#)

institucional@communita.com.br / (11) 4262 0607